

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN: ANÁLISE DE UMA TRAJETÓRIA

CLÉO ALVES PINTO DE OLIVEIRA, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, BRASIL.

Formada em Pedagogia (2001) e em Arquitetura e Urbanismo (2006) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública (2011). Foi Analista de Gestão, Proteção e Restauro do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha/MG). É Analista de Infraestrutura no Ministério da Economia, tendo estado em exercício no Ministério das Cidades entre 2009 e 2016 e estando em exercício no Iphan desde então. Representou o Ministério das Cidades no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural entre novembro de 2013 e novembro de 2016. Pesquisa a educação patrimonial de forma independente desde 2010. E-mail: cleoalvespinto@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp32-54>

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN: ANÁLISE DE UMA TRAJETÓRIA

CLÉO ALVES PINTO DE OLIVEIRA

RESUMO

Desde a sua criação, o Iphan manifestou em documentos e publicações a importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio cultural. Contudo, a educação patrimonial foi historicamente tratada como uma atividade complementar às outras realizadas pelo órgão, tendo sido, de modo geral, realizadas atividades pontuais, desvinculadas das ações finalísticas do Iphan. Assim, verifica-se um descompasso entre a importância da educação patrimonial enunciada e as ações realizadas nesse sentido. Frente a esse quadro, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória da educação patrimonial no Iphan, contrapondo a enunciação à ação. Espera-se com este trabalho contribuir para a sistematização dessa trajetória, assim como discutir aspectos técnicos e políticos relacionados ao tema, para que as ações futuras de educação patrimonial sejam mais efetivas para a preservação do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Educação patrimonial. Política de preservação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Iphan.

HERITAGE EDUCATION AT IPHAN: ANALYSIS OF A TRAJECTORY

CLÉO ALVES PINTO DE OLIVEIRA

ABSTRACT

Since its foundation, Iphan has expressed in documents and publications the importance of heritage education for the preservation of cultural heritage. However, heritage education was historically treated as an activity complementary to the others carried out by the institution and, in general, one-off activities were carried out, unrelated to Iphan's final actions. Thus, there is a mismatch between the importance of the heritage education enunciated and the actions taken in this direction. In face of this background, this article aims to analyze the trajectory of heritage education at Iphan, contrasting the enunciation and the action. This work is expected to contribute to the systematization of this trajectory, as well as to discuss technical and political aspects related to the theme, so that future actions of heritage education can be more effective for the preservation of the cultural heritage.

KEYWORDS

Heritage education. Preservation policy. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Iphan.

1 INTRODUÇÃO¹

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ao longo dos seus mais de 80 anos, passou por grandes transformações. Do ponto de vista institucional, foi serviço, departamento, secretaria, fundação e instituto². Mas a mudança principal se deu em função da ampliação do conceito de patrimônio³ e, com isso, o consequente aumento das atribuições e responsabilidades do órgão.

1. Este artigo é resultado do resumo e da adaptação da monografia *Educação Patrimonial no Iphan*, apresentada no curso de especialização em Gestão Pública da Escola Nacional de Administração Pública (OLIVEIRA, 2011). Alguns pontos foram inseridos ou corrigidos a partir de esclarecimentos ocorridos no II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (Enep) realizado pelo Iphan no mesmo ano. Foram inseridas também algumas atualizações a partir de informações fornecidas por Sônia Rampim Florêncio, publicações recentes, além de reflexões da autora.

2. O Iphan nasceu Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Em 1946, passou a Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); e em 1970 transformou-se em Instituto. Em 1979 foram integrados ao Iphan o Programa das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Nesse momento foi criada uma nova estrutura, formada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e pela Fundação Nacional pró-Memória (FNpM). Em 1990 essas instituições foram extintas e foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, o IBPC passou a ser chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, denominação que mantém até hoje. Neste artigo será usada somente a denominação Iphan.

3. Inicialmente o objetivo era salvar bens monumentais brasileiros, de valor excepcional e materiais — sobretudo arquitetônicos e predominantemente do período colonial, sendo essa a chamada “fase heroica”. Após a Constituição Federal de 1988 (art. 216) o patrimônio cultural brasileiro passou a ser constituído das formas de expressão; dos modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No entanto, no que se refere à relação entre o Iphan e a população, a situação, em geral, se alterou pouco. O Iphan continua sendo visto predominantemente pelas comunidades como “inimigo”, e isso é motivado principalmente pelo desconhecimento das pessoas sobre os seus procedimentos e ações.

Esse quadro muito provavelmente seria revertido com a realização de boas práticas educativas voltadas à comunidade, que teriam como efeito conjunto a valorização e a preservação do patrimônio; afinal, quanto mais uma comunidade conhecer e se apropriar de sua história e de seus bens culturais, mais ela será agente da preservação e conservação desses bens.

Contudo, apesar da importância do tema, historicamente não houve uma visão e atuação por parte do Iphan que situasse a educação patrimonial como um processo de importância equivalente às demais atividades essenciais e finalísticas por ele desempenhadas (identificação, tombamento, registro, fiscalização etc.), muito menos como uma questão digna de compor uma política pública exclusiva.

Assim, apesar de ações educativas terem sido realizadas, a educação patrimonial veio sendo concretamente tratada apenas como uma atividade não obrigatória e complementar às outras realizadas pelo órgão. Isso se reflete no Iphan pela pouca estruturação e institucionalização do setor responsável pela educação patrimonial, criado somente em 2004⁴.

Nesse sentido, neste artigo proponho expor resumidamente as enunciações, ou seja, a forma como o órgão abordou a questão educativa em suas publicações e textos oficiais, assim como as propostas e ações de educação patrimonial ao longo de sua história. Aproveito para analisar em que medida o discurso e as atividades realizadas se relacionam com o conceito de efetividade, ou seja, de que forma geraram — ou poderiam ter gerado — efeito ou impacto transformador na realidade.

2 O CONCEITO

O termo educação patrimonial foi introduzido no Brasil em 1983 no âmbito do Museu Nacional pela então diretora Maria de Lourdes Horta, baseado no

4. Em 2004 foi criada a Gerência de Educação e Projetos, parte da Coordenação Geral de Promoção do Patrimônio Cultural (Decreto n. 5.040/2004). Em 2009, a Gerência passou a ser denominada Coordenação de Educação Patrimonial, dentro do Departamento de Articulação e Fomento (Decreto n. 6.844/2009), atual Departamento de Cooperação e Fomento (Decreto n. 9.238/2017).

conceito de *heritage education*. No Iphan, o conceito de educação patrimonial foi registrado primeiramente no *Guia básico de educação patrimonial* (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Segundo o *Guia*,

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. [...] A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Esse conceito foi amplamente disseminado e até hoje é replicado em ações educativas por todo o Brasil; porém, tem recebido cada vez mais críticas com relação ao uso do termo “alfabetização cultural”, pois uma vez que se entende que os indivíduos são detentores e produtores de cultura, não podem ser considerados analfabetos culturais⁵.

Atualmente, a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) do Iphan conceitua o campo da seguinte forma:

Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado

5. Pesquisadores do Núcleo de Educação Patrimonial (NEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por exemplo, consideram que a expressão analfabetismo cultural pode levar a uma conotação errônea, uma vez que “nenhuma pessoa pode ser considerada ‘analfabeta cultural’, mas detentora de códigos de leitura de mundo que nem sempre estão em consonância com os saberes dominantes, sejam eles o erudito, o científico ou o formal. Podemos estar correndo o sério risco de desprezar, dessa maneira, os conhecimentos socioculturais que cada ser humano tem em contato com outros seres e com o meio circundante” (SOARES; KLAMT, 2010, p. 77-78).

socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, p. 19)⁶.

Apesar dos dois conceitos possuírem pontos comuns — como considerarem a educação patrimonial como processo e pressuporem a participação direta dos sujeitos —, a Ceduc enfatiza a construção coletiva e democrática do conhecimento, entendida de forma ampla. Como se verá ao longo deste artigo, as diferenças se dão de fato na forma de pensar e propor as ações educativas.

É possível constatar também que, ao longo da trajetória da instituição, a educação patrimonial foi classificada como uma ação de difusão ou promoção, como se observa em vários relatórios de gestão e de atividades. Outras ações que comumente são confundidas com educação patrimonial são as de capacitação e de participação social. Certamente pode haver uma integração entre qualquer um desses objetivos e as ações educativas, caso seja essa a intenção. No entanto, as ações, para serem consideradas como de educação patrimonial, devem atender a esse propósito específico e disso, além da definição do público alvo, vai decorrer a escolha da metodologia mais adequada, entre várias outras especificidades. O que a classificação equivocada mostra é que no Iphan a educação patrimonial não é protagonista, estando quase sempre a reboque de outras atividades que possuem finalidades distintas.

3 AS ENUNCIÇÕES

A primeira menção à importância da educação patrimonial acontece antes mesmo da fundação do Iphan, no anteprojeto para criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (Span), elaborado por Mário de Andrade a pedido do então ministro da Educação, Gustavo Capanema.

6. Este conceito foi publicado na Portaria n. 137/2016, que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.

É parte da proposta a instituição de quatro museus, que teriam como função suprir a pouca preocupação com a educação pela imagem, que seria a maneira mais profunda de educação. O público alvo é o infantil. No que se refere ao tombamento, não é prevista participação da população na escolha e decisão do que será protegido. Quanto à publicidade, são previstas várias publicações (livros de tombo, revistas, livros, monografias, catálogos dos museus, cartazes e folhetos e propaganda turística), quase todas, porém, basicamente de caráter técnico.

Mesmo não estando explícita no anteprojeto alguma outra estratégia educativa, Maria Cecília Londres Fonseca aponta que a ideia de Mário de Andrade era “democratizar a cultura e despertar na população o sentimento de apego às coisas nossas” (FONSECA, 1997, p. 102).

Contudo, a proposta, apesar de ter sido implementada em caráter experimental, foi modificada quando Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu a direção e redigiu o Decreto-Lei n. 25/1937.

Na década de 1960, Rodrigo aponta a importância da educação em alguns artigos e discursos:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles ou nosso, será certamente praticável (BRASIL, 1987, p. 64).

Porém, no que se refere às iniciativas do próprio órgão que dirige, esclarece que:

O órgão administrativo da União destinado ao trato das questões correspondentes, sobrecarregado de responsabilidades e trabalhos e desprovido de meios financeiros, iniciou com empenho a obra educativa desejada, mediante a publicação de uma revista e uma série de monografias especializadas, ambas as quais já somam perto de 40 volumes, além de outros folhetos e catálogos, a par de exposições e conferências realizadas. O esforço empreendido ficou, porém, muito aquém das

necessidades e a opinião do país permanece indiferente, porque ignorante, à causa de seu patrimônio (BRASIL, 1987, p. 73).

Entretanto, as publicações às quais se refere Rodrigo são, em sua maioria, artigos e estudos extremamente técnicos, muito distantes da identificação — e até compreensão — da maioria da população brasileira. É na década de 1970 que a questão é abordada de forma mais contundente, coerente com a orientação de Aloísio Magalhães. Na época em que a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM) atuou,

a instituição se concentrou na elaboração de um discurso, amplamente difundido, em que a comunidade era incluída não apenas como objeto ou população-alvo, mas também como sujeito chamado a participar junto com os agentes institucionais. O lema desse discurso era “a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio” (FONSECA, 1997, p. 185).

No que se refere às publicações de educação patrimonial do Iphan, o *Guia básico de educação patrimonial* foi a primeira publicação institucional sobre o tema. Publicado em 1999, foi uma iniciativa do Museu Imperial e do Departamento de Promoção do Iphan. A proposta era a de fornecer “um roteiro de orientação para os debates e estudos do assunto e, principalmente, para a abertura de novas trilhas de exploração e descoberta dos significados que se escondem atrás da expressão Patrimônio Cultural Brasileiro” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 5). Para colocar a proposta em prática, é apresentada uma metodologia baseada em quatro passos: observação, registro, exploração e apropriação.

O *Guia* é mais um roteiro de atividades do que um roteiro de discussão sobre educação patrimonial, como se propõe. Contudo, é bem-sucedido principalmente por apresentar uma metodologia básica que proporciona liberdade no que se refere às proposições de atividades. Por outro lado, destina-se a um público restrito e não trata de toda a gama de bens culturais⁷. Outras críticas feitas são a falta de reflexão teórica e de pressupostos conceituais (REUNIÃO..., 2004).

7. É importante, porém, lembrar que a institucionalização da proteção dos bens imateriais, por exemplo, só aconteceu em 2001.

O livro alcançou tal destaque e visibilidade no país que é possível encontrar publicações e documentos nos quais se tem a impressão de que a única metodologia de educação patrimonial possível seria a exposta no *Guia* (REUNIÃO..., 2004; HORTA, 2008, p. 39), sendo que a própria publicação também indica isso.

Em 2007 foi editado o *Manual de atividades práticas de educação patrimonial* (GRUMBERG, 2007), uma segunda publicação que aborda a educação patrimonial do ponto de vista conceitual e metodológico desde o *Guia básico de educação patrimonial*, publicado oito anos antes. O livro, além de ter sido escrito por uma das autoras do *Guia*, segue a mesma direção, tendo inclusive muitos exemplos de atividades repetidos. Isso indica que não houve uma evolução teórica sobre o tema na produção editorial do Iphan durante muito tempo⁸.

De fato, o Iphan só voltou a lançar publicações com uma reflexão sobre o tema e com orientações em âmbito nacional a partir de 2009, nas quais são abordadas as propostas das Casas do Patrimônio, da educação patrimonial no âmbito do Programa Mais Educação do Ministério da Educação e dos inventários participativos (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009, 2013, 2016a), que são três vertentes sobre as quais a Ceduc concentrou seus esforços nos últimos anos. Adicionalmente, um importante documento sobre todo o processo evolutivo do tema na instituição foi lançado em 2014, *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*, que traz o percurso histórico, os princípios e diretrizes conceituais e os macroprocessos institucionais da educação patrimonial (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

Mais recentemente, a educação patrimonial foi alçada a processo institucional na Política de Patrimônio Cultural Material (instituída por meio da Portaria 375/2018) lado a lado com os tradicionais e consolidados processos de identificação, proteção e conservação, entre outros. No §1º do art. 6º é dito: “A Educação Patrimonial, em função de seu caráter transversal, deve contribuir para a construção participativa dos demais processos de preservação do patrimônio cultural material”. O capítulo I da portaria

8. Segundo a autora, sua intenção não foi inovar metodologicamente, conforme esclareceu no II Enep.

é inteiramente dedicado à educação patrimonial, trazendo um conceito condizente com o da Portaria 137/2016, além de importantes informações sobre como deve ser realizada. Essa iniciativa representa a indicação de uma mudança substancial na forma como o Iphan passará a atuar.

Paralelamente, ao longo das últimas décadas as superintendências estaduais do Iphan, por iniciativa própria, editaram vários livros. Dentre eles, observam-se principalmente dois grupos.

O primeiro se refere a publicações destinadas a orientar proprietários de cidades específicas sobre a realização de intervenções em imóveis protegidos. A razão é as superintendências constatarem que um dos principais, se não o maior entrave à preservação do patrimônio cultural, é o desconhecimento — por parte das comunidades em geral — sobre o que é esse patrimônio, porque e como preservá-lo.

Os livros, voltados para o patrimônio material, trazem informações sobre o que é patrimônio, o que é tombamento, porque se deve preservar, a quem cabe a preservação, direitos e deveres do proprietário de bem tombado, como proceder para realizar intervenções no imóvel e legislação referente à preservação. Apesar de uma relativa uniformidade na abordagem, em alguns casos o conteúdo é muito completo, mas em outros é muito superficial.

Contudo, a edição desse tipo de material possui um alcance reduzido quando não atrelado a outras ações educativas⁹. O recebimento de uma publicação não garante sua leitura, entendimento e, muito menos, atitudes de preservação por parte dos moradores. Além disso, é necessário estabelecer uma relação de diálogo permanente entre o órgão de preservação e a comunidade.

O segundo grupo é de livros para uso na educação formal, principalmente destinados a orientar professores, trazendo exemplos de atividades a serem utilizadas com os alunos, ampliando a gama de tipos de patrimônio. Aqui é clara também a diversidade de abordagens e o nível de aprofundamento. Entre as publicações, destaca-se a coleção elaborada pela Superintendência do Maranhão, *Patrimônio contado: Alcântara, cultura e educação*, destinada a alunos do ensino fundamental II, e dois livros de orientação para professores (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010).

9. Com base nas pesquisas realizadas, isso não aconteceu no Iphan.

Essa foi a primeira (e talvez seja a única) iniciativa de realização de uma atividade contínua de educação patrimonial no ambiente escolar¹⁰.

No entanto, e da mesma forma, é preciso atrelar esse tipo de publicação a um programa de formação e acompanhamento dos professores, de modo que o material seja mais bem aproveitado e possa de fato cumprir seu objetivo.

É importante registrar que desde 2011 a Superintendência da Paraíba, no âmbito da Casa do Patrimônio de João Pessoa, vem editando cadernos temáticos sobre educação patrimonial, com reflexões conceituais e com divulgação de experiências e estudos de caso, o que tem contribuído para o aprofundamento do debate sobre o tema.

4 AS AÇÕES

Até a década de 1970, acentuou-se a especialização técnica no Iphan, mas somente no que tange à preservação do patrimônio cultural. Não houve correspondência na interface do órgão com a população.

Em 1982 foi lançado o Projeto Interação, desenvolvido no âmbito do III Plano Setorial para a Educação, Cultura e Desporto (1980-1985) da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação. Uma das linhas programáticas era “Interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país”, cujo objetivo era:

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local (BRANDÃO, 1996, p. 293).

Porém, o Interação era um projeto que visava a valorização da cultura local e sua inserção no cotidiano escolar, não sendo possível identificar a preservação do patrimônio cultural protegido como objetivo direto. Contudo, esse pode ter sido um efeito do trabalho realizado nas comunidades.

10. Oportunamente é necessário avaliar o processo de utilização do material, bem como seus resultados e efeitos para os objetivos pretendidos.

Mesmo não havendo uma interface direta com a educação patrimonial, é possível reconhecer na Interação alguns pressupostos que hoje são defendidos pela Ceduc, como a realização de atividades tendo como base o contexto cultural local, de modo que os participantes valorizem, desenvolvam e fortaleçam vínculos com sua própria cultura, além da participação da comunidade e dos agentes escolares nos processos educativos, conforme exposto na publicação mais recente:

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, p. 20).

Em 1983 foi realizado o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, sob a coordenação da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta (2008). Como apontado anteriormente, o evento, realizado no Museu Imperial, marcou a introdução do termo educação patrimonial no Iphan e no Brasil e a partir desta ocasião desenvolveu-se a metodologia descrita no *Guia básico de educação patrimonial*.

Observa-se que a utilização do material como metodologia nas ações de educação patrimonial não aconteceu de forma abrangente e significativa dentro do Iphan. O movimento, ao contrário, foi externo, na medida em que a instituição promoveu uma Campanha Nacional de Educação Patrimonial, que disseminou o *Guia* em estados e municípios com o objetivo de atingir um público maior por meio da formação de multiplicadores.

Quanto a isso, é sabido que existe uma deficiência significativa na formação de professores. A transmissão de uma metodologia ou material didático não garante o seu uso adequado com os alunos, pois é necessária a capacitação docente. Contudo, de modo geral, as ações de capacitação para esse público são oficinas com a duração de poucos dias que, para alcançarem resultados efetivos em sala de aula, necessitam mais do que

o ensino de uma metodologia, mas sim uma mudança de mentalidade¹¹.

Apesar de ter havido um aumento no número de ações educativas realizadas pelas superintendências ao longo dos anos, não houve uma atuação sistemática e contínua, de modo geral¹². O que se observa é que eram desenvolvidas ações pontuais, com diferentes abordagens, para o público prioritariamente escolar, estabelecendo ou não parcerias com entes locais, ou mesmo não executando as ações diretamente¹³. Isso dependeu essencialmente do interesse e da possibilidade financeira da superintendência.

Em 2005 o Iphan contratou pesquisa quantitativa para sistematizar as ações de educação patrimonial realizadas nas superintendências na época. De modo sucinto, a pesquisa comprovou que a grande maioria das unidades desenvolvia ações educativas¹⁴. Poucas possuíam profissional da área da educação e cerca de metade utilizava algum instrumento metodológico (foram citados o *Guia básico de educação patrimonial*, alguns educadores, como Paulo Freire e Vygotsky, e publicações locais sobre patrimônio e educação). Pouco mais de um terço das unidades participantes da pesquisa baseava-se na experiência de outras unidades (notadamente, alguns museus que tradicionalmente promovem ações educativas). Um dado importante é que

15 [unidades] baseiam-se no costume e na prática comum e todos [que responderam aos questionários] declararam criar métodos próprios de acordo com a situação específica: isto pode significar ousadia e criatividade, mas pode revelar também improvisação e ausência de critérios sistematizados garantidos por uma orientação metodológica assumida (RELATÓRIO..., 2008, p. 24).

11. Evelina Grumberg, responsável por um grande número de oficinas, esclareceu no II Enep que a intenção era sensibilizar os participantes e que, ao longo do tempo, inseriu no último dia da oficina uma atividade para que eles desenvolvessem uma proposta de projeto para ser executado em sala de aula.

12. As superintendências de Goiás e Maranhão possuíam atividades mais frequentes e sistematizadas até a época da pesquisa que deu origem a este artigo.

13. Isso aconteceu, por exemplo, com a contratação de empresas para a execução de obras de restauração, pois em alguns casos essas também desenvolviam ações educativas — limitadas quase sempre a palestras, cartilhas, visitas guiadas ou tapumes informativos.

14. Apesar da pesquisa realizada não incorporar as ações educativas realizadas nos museus, os resultados contêm dados desses locais, pois não se teve acesso a informações somente das superintendências. “De um total de 27 informantes ligados ao Iphan/MINC, 18 participaram da reunião técnica realizada em Pirenópolis; das 21 SRs, 15 enviaram os questionários preenchidos, e de 12 museus, 10.” (RELATÓRIO..., 2008, p. 23).

Ainda com relação às atividades desenvolvidas nas superintendências, uma constatação importante é que mesmo em atividades bem recentes ainda é possível identificar os quatro passos que constituem a metodologia do *Guia* (observação, registro, exploração e apropriação), mesmo que não haja referência direta ou que ela não tenha sido utilizada. Porém, se antes os produtos da apropriação nas atividades propostas eram desenhos, colagens ou outras produções plásticas, atualmente são utilizadas mídias como a fotografia e o vídeo. Se por um lado isso atesta a flexibilidade da metodologia, por outro pode indicar uma relativa estagnação na forma de pensar e propor as atividades.

No que se refere à integração de ações educativas às ações finalísticas do Iphan, somente recentemente isso tem acontecido, porém ainda em experiências isoladas, por iniciativa de algumas superintendências.

Um caso digno de nota se refere ao tombamento do centro histórico de Iguape-SP, que aconteceu em 2009. Ao longo dos dois anos anteriores, paralelamente à elaboração do dossiê de tombamento em parceria com a prefeitura, o Iphan procurou aproximar e integrar a população por meio principalmente de duas ações (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015). As oficinas de escuta sobre o patrimônio local tinham como objetivo produzir coletivamente um mapa do patrimônio no qual os participantes indicariam lugares que marcaram a construção e a evolução urbana da cidade, de modo a incorporar bens não consagrados na proposta de proteção. Os participantes foram professores, técnicos de prefeitura e agentes culturais da cidade, alunos das escolas públicas e jovens do Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios de Iguape.

Assim sendo, as oficinas colocaram para a equipe técnica o desafio de pensar na elaboração de uma proposta a ser apresentada ao Conselho Consultivo cujo desenho contemplasse as expectativas geradas por meio da participação social. Os processos de escuta somente são participativos quando se tornam instrumentos de decisão compartilhada. As justificativas de inclusão destes bens na poligonal de tombamento basearam-se nos argumentos técnicos levantados pelo estudo e na relevância dos bens para a memória coletiva (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 35).

A segunda ação foi a criação da Casa do Patrimônio, inaugurada antes mesmo do tombamento. Novamente, foi uma ação conjunta do Iphan (responsável pela concepção educativa e pelas atividades) e da Prefeitura (responsável pela infraestrutura). A Casa passou a abrigar um conjunto de atividades e espaços, como biblioteca especializada em patrimônio, espaço expositivo, Iphan Conversa (diálogos promovidos sobre temas relacionados à preservação), oficinas de formação (por exemplo, Cores para Iguape e maquetes para a capacitação profissional de jovens do ensino público) e o projeto Sentidos Urbanos, atividade que surgiu na Casa do Patrimônio de Ouro Preto com o objetivo de promover roteiros sensoriais voltados à população local.

Essas ações tiveram efeitos positivos e transformadores no que se refere à relação entre a população e o Iphan, tanto é que no dia do tombamento a sessão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural foi transmitida em um telão na praça da cidade para que todos pudessem acompanhar e participar daquele momento¹⁵.

Contudo, é após o tombamento que se intensifica a relação entre o Iphan e a população, pois no cotidiano de gestão do bem são feitas fiscalizações, vistorias, autorização de obras, entre outras atividades. Principalmente no caso de um conjunto urbano tombado, a gestão representa um desafio de grande complexidade para o Iphan, pois no mesmo território existe uma grande diversidade de interesses privados relacionados à propriedade e uso dos imóveis, em contraponto com o interesse público do Iphan de preservação.

A norma de preservação é o instrumento de mediação que vai indicar as intervenções permitidas e proibidas nos bens protegidos e no entorno, dando clareza e transparência ao processo. E na construção desse documento a educação patrimonial certamente pode contribuir para dirimir conflitos e para estabelecer um diálogo permanente com os moradores e com os órgãos públicos que também são responsáveis pela gestão do território.

No manual *Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012), elaborado pelo Departamento de Patrimônio Material

15. É preciso investigar a permanência ou não desses efeitos positivos, passados alguns anos do tombamento, bem como o impacto das outras ações educativas realizadas pelo Iphan para a valorização e a preservação do patrimônio local.

(Depam) do Iphan, há o item “A participação pública na elaboração das Normas de Preservação”, o qual é iniciado da seguinte forma:

Normas, planos e posturas urbanísticas, se elaboradas de forma desvinculada de uma política debatida e explicitada de preservação do patrimônio urbano, e de uma visão mais ampla da atual problemática das cidades, já nascem fadados ao fracasso. Assim, a participação dos órgãos municipais e da sociedade civil é considerada fundamental. Com a rapidez das transformações pelas quais as cidades passam atualmente, que envolve crescimento, adensamento e mudanças de uso, não é mais possível acreditar que o Iphan, sozinho, conseguirá preservar as cidades históricas brasileiras. A participação dos órgãos municipais, na forma de pactos estabelecidos, assim como uma maior aproximação com os moradores e usuários dessas áreas é fundamental para o sucesso de qualquer política de preservação. [...] A metodologia para o processo participativo na elaboração de Normas de Preservação vai depender da articulação local entre o Iphan, os órgãos do governo municipal e estadual e rede de agentes constituída sobre o sítio tombado (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012, p. 31).

A citada metodologia participativa seria composta de apresentação pública das razões e valores do tombamento, que poderia ser

precedida ou ocorrer em paralelo a ações de educação patrimonial, que facilitem a apresentação do tema e permitam a integração entre o patrimônio cultural urbano e outras referências culturais locais (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012, p. 31).

Seria possível também haver uma apresentação pública da legislação, dos instrumentos de gestão urbana e de informações básicas do sítio. Para a definição de diretrizes e setores de normatização e projetos específicos é sugerida a realização de oficinas de discussão com os diferentes grupos da sociedade. Por fim, é orientado que a portaria publicada deve ser amplamente publicizada.

Durante muitos anos a situação que predominou é de elaboração da norma somente pelos técnicos do Iphan ou por consultores contratados e de apresentação do documento concluído para a população em evento ou audiência pública. Com isso, a atividade é basicamente informativa,

não havendo ao menos a tentativa de construção e pactuação coletivas. Conseqüentemente, no momento de implementação do instrumento é comum surgirem conflitos, resistências e embates entre os interessados. Tanto é assim que em muitos municípios já foi constatada a importância e a necessidade de se realizar ações participativas e educativas, o que tem sido pouco a pouco incorporado em algumas superintendências. Alinhado com o que consta na Política de Patrimônio Cultural Material, o Depam e a Ceduc iniciaram em 2018 algumas ações em parceria para processos de identificação e de normatização, incorporando a participação social e a educação patrimonial.

5 AS CASAS DO PATRIMÔNIO

A proposta das Casas do Patrimônio¹⁶ foi inicialmente desenvolvida no Depam e passou a constar nas definições e metas pactuadas a partir do planejamento estratégico do Iphan realizado em 2007, do qual participaram departamentos e superintendências. Porém, começou a ser estruturada com diferenças conceituais com relação ao que foi implementado, pois inicialmente a Casa seria uma agência cultural local não centrada nas ações educativas. Entretanto, após um processo de construção coletiva¹⁷, as Casas do Patrimônio passaram a representar a proposta oficial para realização das ações de educação patrimonial no Iphan.

A Casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando a fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009).

16. As Casas do Patrimônio foram analisadas com profundidade na monografia que deu origem a este artigo.

17. Alguns dos eventos realizados nos quais a proposta foi formulada e aprimorada foram a Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio (2008) e o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio (2009), que teve como resultado a publicação da Carta de Nova Olinda (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009).

Nesse sentido, uma importante conquista institucional foi a publicação da Portaria n. 137/2016, que estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Segundo o documento, a educação patrimonial é colocada como prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural, e com relação às Casas do Patrimônio é dito que:

Art. 5º São instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial pelo Iphan as Casas do Patrimônio, quando resultantes de um arranjo institucional entre o Iphan, a comunidade local, sociedade civil e demais instituições públicas e privadas, para promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro. [...]

Art. 6º São objetivos das Casas do Patrimônio: I – Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial; II – Ampliar a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural; III – estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais; IV – Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas; V – Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico; VI – Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016b).

A função da Ceduc nesse processo é a de fornecer suporte técnico às superintendências, que pode se dar de várias formas e em vários momentos, mas abrangendo necessariamente a realização de uma oficina de

implementação; suporte jurídico, por meio da disponibilização de modelos de documentos para o estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica entre o Iphan e as instituições parceiras; e acompanhamento das atividades previstas no plano de trabalho assinado entre os partícipes.

A proposta das Casas do Patrimônio apresenta uma série de possibilidades de interação entre o Iphan e a população, que dependem primeiramente da vontade política da instituição, mas também de sua capacidade técnica, operacional, orçamentária e financeira. Mas depende também, e fundamentalmente, do interesse e da capacidade de articulação com instituições parceiras que possam contribuir para a elaboração e realização das atividades, numa perspectiva de gestão democrática do patrimônio cultural. Infelizmente até o momento nem todas as superintendências demonstraram interesse pela proposta¹⁸.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama de análise das enunciações demonstra que sempre houve menções à importância da educação para a valorização e preservação do patrimônio, porém sem que o Iphan tenha de fato se debruçado sobre o tema e o inserido em seu projeto de atuação. Contudo, existe uma importante indicação de mudança no âmbito da implementação da Política de Patrimônio Cultural Material.

Durante muito tempo houve também a supremacia do *Guia básico de educação patrimonial*, combinada à falta de evolução teórica sobre o tema na produção editorial institucional. Além disso, a falta de conhecimento e orientação sobre as atividades desenvolvidas pelas superintendências estaduais e a desintegração entre elas e a Ceduc fez com que tenham sido produzidos materiais qualitativamente muito díspares que algumas vezes diferem das diretrizes nacionais.

No que se refere às ações, o cenário não foi muito diferente. Por um lado, houve um esforço de disseminação do *Guia* que pode ser considerado

18. Quando da elaboração deste artigo havia 13 Casas oficialmente implementadas (seguindo o rito da Ceduc) em Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina e São Paulo, e 13 Casas sem implantação oficial em Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe. Contudo, em alguns desses estados as Casas não seguem as diretrizes nacionais, sendo que em algumas não são nem realizadas ações educativas. Doze superintendências ainda não aderiram à proposta, e dessas, algumas realizam ações educativas, mas não no âmbito das Casas do Patrimônio.

bem-sucedido, uma vez que até hoje é possível identificar a aplicação da sua metodologia. Por outro, assim como nas publicações, observa-se que as superintendências atuaram de forma independente e desarticulada. Não houve também articulação entre a educação patrimonial e as ações finalísticas do Iphan, a não ser em experiências pontuais.

As Casas do Patrimônio representam um esforço instrucional recente de implementar uma proposta única de atuação, construída coletivamente, que tem os méritos de possibilitar uma grande flexibilidade para escolha de parceiros e ações que sejam condizentes com a realidade local e de ser baseada na gestão compartilhada do patrimônio cultural. Contudo, o fato de as superintendências poderem ou não aderir e de poderem ou não seguir as diretrizes e orientações da Ceduc faz com que a proposta perca força política e não seja aproveitada em todo o seu potencial.

Ao longo da pesquisa ficou claro que existe em toda a trajetória do Iphan um descompasso entre a importância da educação patrimonial enunciada e as ações realizadas nesse sentido. Entretanto, algumas das atividades realizadas pelas superintendências em diferentes momentos e, mais recentemente, pelas Casas do Patrimônio, mostraram que um maior envolvimento da população gera resultados não só para a valorização e preservação do patrimônio, mas também para o relacionamento entre a comunidade e o Iphan, o que cria melhores condições para que o órgão desempenhe suas ações finalísticas. Mas, para isso, o processo educativo deve ser contínuo e gradualmente aprofundado.

Porém, esse é ainda um longo caminho a ser percorrido, que passa, obrigatoriamente, pelo entendimento institucional sobre a importância e os efeitos positivos da educação patrimonial para a preservação do patrimônio cultural. Isso significa, primeira e principalmente, encarar a educação patrimonial como pelo menos parte fundamental de uma política pública de Estado e não como uma atividade complementar não obrigatória. Com uma perspectiva mais ambiciosa baseada em outro contexto institucional, há alguns anos iniciaram-se discussões para a estruturação e implementação

da Política Nacional de Educação Patrimonial¹⁹, com programas, ações, recursos orçamentários e pessoal capacitado.

É necessário também fortalecer e legitimar a Ceduc dentro do Iphan como setor responsável pela elaboração, disseminação e orientação das propostas e ações de educação patrimonial, bem como articulá-lo aos demais setores do órgão para que atuem conjuntamente. Cabe à Ceduc, como órgão central, buscar uniformizar conceitos e entendimentos de modo que não existam tantas disparidades entre as superintendências e as Casas do Patrimônio e mesmo entre essas últimas.

Outro ponto importante é a necessidade de proceder ao registro sistemático das experiências de educação patrimonial realizadas no Iphan, dentro e fora das Casas do Patrimônio. As ações devem ser identificadas e disseminadas para que os interessados possam aprimorá-las e replicá-las adaptando-as às realidades locais. Da mesma forma, é também essencial a realização de análises e avaliações dessas ações, de modo a compor um banco de dados considerando os aspectos condicionantes e começar a relacionar — de forma mais científica — a educação e a educação patrimonial, identificando quais ações são efetivas para a preservação do patrimônio cultural em determinados contextos.

Por fim, é imprescindível que todas as ações finalísticas desempenhadas pela instituição sejam efetivamente vinculadas à educação patrimonial. O patrimônio cultural só é tombado, registrado, inventariado, protegido, fiscalizado e preservado para que permaneça no ambiente urbano e natural, para que continue existindo como manifestação cultural, em suma, para que continue sendo parte da vida das pessoas. E isso não depende só do Iphan, como temos visto ao longo de todo o tempo. Depende de todos, e será tanto mais efetivo quanto maior for a participação direta de cada um, mesmo que isso represente mais responsabilidades para a instituição. Felizmente, já é possível avistar movimentos promissores de mudança.

19. O II Enep representou o início da construção conjunta de bases para uma política nacional na área da educação patrimonial. Como produto do evento, foi votado na plenária final um texto base com eixos temáticos, diretrizes e ações, o qual foi elaborado por mais de 250 pessoas de todos os estados do Brasil, representando setores vinculados ao patrimônio cultural e à política cultural. Infelizmente até o momento não houve desdobramentos para continuidade da proposta. Pode-se apontar como resultado efetivo do encontro a inclusão de uma atividade de educação patrimonial no Programa Mais Educação do Ministério da Educação; porém, as parcerias interministeriais (que garantiam a atividade) foram suspensas recentemente.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: Iphan: Depron, 1996.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Nacional Pró-Memória. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Iphan, 1997.
- GRUMBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: Iphan, 2007.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação patrimonial. In: BARRETO, Euder Arrais *et al.* (org.). *Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados*. Goiânia: UFG, 2008. p. 15-21.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: Iphan: Museu Imperial, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Carta de Nova Olinda*. Brasília, DF: Iphan, 2009.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio contado: Alcântara: cultura e educação*. Alcântara: Iphan, 2010.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas*. Brasília, DF: Iphan, 2012.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: Manual de Aplicação: Programa Mais Educação*. Brasília, DF: Iphan, 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan, 2014.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Brasília, DF: Iphan, 2016a.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016*. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF, 2016b.
- NASCIMENTO Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como Patrimônio Nacional: novas práticas e políticas de preservação. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, 2015. DOI: <https://doi.org/10.20396/parc.v6i1.8635027>.
- OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. *Educação Patrimonial no Iphan*. 2011. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2011.
- RELATÓRIO da 1ª Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio/Iphan. Niterói: Iphan, 2008. (Anexo 6).
- REUNIÃO Técnica de Pirenópolis. [Transcrição do encontro]. Brasília, DF, 2004.
- SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (org.). *Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.